

RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY

MANUAL DE Direito Processual Civil

Teoria Geral do Processo • Processo de Conhecimento • Processos nos Tribunais
• Recursos • Liquidação • Processo de Execução • Procedimentos Especiais

3ª edição
2020

saraiva  jur

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** 100Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Thamay, Rennan

Manual de direito processual civil / Rennan Thamay. – 3. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
832 p.Bibliografia
ISBN 978-85-536-1475-2 (impresso)

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

20-0034

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Processo Civil 347.9(81)(094)

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br**Direção executiva** Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado**Consultoria acadêmica** Munilo Angeli Dias dos Santos**Planejamento** Clarissa Boraschi Maria (coord.)**Novos projetos** Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza**Produção editorial** Fernanda Matajs (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa**Projetos e serviços editoriais** Breno Lopes de Souza
Josiane de Araujo Rodrigues
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias**Diagramação e revisão** Textos & Livros
Capa Idée arte e comunicação**Produção gráfica** Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes**Impressão e acabamento** Gráfica Paym**Data de fechamento da edição:** 6-1-2020Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606186 CAE 705609

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Apresentação</i>	9
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO	27
1. Introdução	27
2. Princípios	29
2.1. Aspectos gerais	29
2.2. Princípios fundamentais	33
2.2.1. Princípio do devido processo legal	34
2.2.2. Princípio do contraditório e da ampla defesa	36
2.2.3. Princípio do acesso à Justiça	40
2.2.4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	42
2.2.5. Princípio da motivação	43
2.2.6. Princípio da publicidade	46
2.2.7. Princípio do juiz natural	49
2.2.8. Princípio da igualdade	51
2.2.9. Princípio da razoável duração do processo	53
2.2.10. Princípio da cooperação	55
2.2.11. Princípio do acesso à Justiça	57
2.3. Dicas importantes – princípios fundamentais	58
3. Organização judiciária	58
3.1. A organização judiciária no Brasil: aspectos iniciais	58
3.2. Órgãos do Poder Judiciário	59
3.2.1. O Supremo Tribunal Federal	60
3.2.2. O Conselho Nacional de Justiça	63
3.2.3. O Superior Tribunal de Justiça	65
3.2.4. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais	68

3.2.5. Os Tribunais e Juizes do Trabalho	70
3.2.6. Os Tribunais e Juizes Eleitorais	73
3.2.7. Os Tribunais e Juizes Militares	75
3.2.8. Os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios	76
3.2.9. Funções essenciais à Justiça: Advocacia e Ministério Público	77
3.2.10. Dicas importantes – organização do Poder Judiciário	78
4. Jurisdição	79
4.1. Introdução: aspectos iniciais	79
4.2. Princípios da jurisdição	81
4.3. Características	82
4.4. Novos contornos da jurisdição	83
4.4.1. A arbitragem como método alternativo de solução de conflitos	85
4.4.2. A sentença arbitral	89
4.5. Jurisdição voluntária	91
4.6. Jurisdição especial e comum	92
4.7. Limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional	93
4.7.1. Da cooperação nacional	96
5. Competência	97
5.1. Definição	97
5.2. Critérios de fixação	102
5.3. Competência relativa e absoluta	103
5.3.1. Alegações de incompetência	104
5.3.2. Dicas importantes – competência relativa e absoluta	105
5.4. Modificação da competência	105
5.5. A competência em face dos Tribunais Superiores: posição sumular	107
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO	111
1. Ação	111
1.1. Conceito	111
1.2. Teorias da ação	112
1.3. Condições da ação	112
1.4. Noções introdutórias das condições da ação	115
1.5. Condições da ação e mérito	119
1.6. Interesse de agir	120
1.7. Legitimação para a causa	123
2. Processo e procedimento	127
2.1. Pressupostos processuais	128
2.1.1. Pressupostos de existência	130

2.1.2.	Pressupostos de validade (de desenvolvimento).....	131
2.1.3.	Pressupostos processuais negativos.....	131
CAPÍTULO III – ATOS PROCESSUAIS.....		133
1.	Classificação dos atos processuais.....	135
1.1.	Atos das partes.....	135
1.2.	Atos (pronunciamentos) do juiz.....	137
1.3.	Atos do escrivão ou chefe da secretaria.....	138
2.	Do tempo e do lugar dos atos processuais.....	139
3.	Comunicação dos atos processuais.....	141
3.1.	Cartas.....	141
3.2.	Citação.....	141
3.2.1.	Dicas importantes – citação.....	143
3.3.	Intimação.....	144
4.	Prazos processuais.....	146
5.	Negócios jurídicos processuais.....	149
CAPÍTULO IV – PARTES, PROCURADORES, LITISCONSÓRCIO E TERCEIROS.....		157
1.	Partes: capacidades.....	157
2.	Partes: sucessão.....	158
2.1.	Dos deveres das partes e de seus procuradores e da responsabilidade das partes por dano processual.....	160
2.2.	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas.....	162
3.	Dos procuradores.....	168
4.	Ministério Público.....	170
5.	Litisconsórcio.....	172
5.1.	Litisconsórcio necessário e facultativo.....	173
5.2.	Litisconsórcio unitário e simples.....	176
5.3.	Dicas importantes – litisconsórcio.....	177
6.	Intervenção de terceiros.....	178
6.1.	Assistência simples e litisconsorcial.....	179
6.2.	Denúnciação da lide.....	181
6.3.	Chamamento ao processo.....	184
6.4.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	186
6.4.1.	Aspectos introdutórios.....	186
6.4.2.	Aspectos básicos a respeito da personalidade jurídica.....	187
6.4.3.	A desconsideração da personalidade jurídica no sistema brasileiro.....	189
6.4.4.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002: a caracterização do abuso da pessoa jurídica.....	191

6.4.5.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor	193
6.4.6.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil.....	194
6.4.7.	O procedimento da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil	196
6.5.	<i>Amicus curiae</i>	199
6.6.	Dicas importantes – intervenção de terceiros	202
CAPÍTULO V – NULIDADES		203
1.	A doutrina de Galeno Lacerda.....	203
2.	A doutrina de Aroldo Plínio Gonçalves.....	206
3.	Doutrina de José Joaquim Calmon de Passos	208
4.	A doutrina de Teresa Arruda Alvim	213
5.	A doutrina de Antonio do Passo Cabral.....	214
6.	A escala da inexistência às meras irregularidades.....	216
7.	Nulidades de fundo e de forma	216
8.	Nulidades cominadas e não cominadas.....	216
9.	Sanação do vício e sanção da nulidade	217
10.	Nulidades em espécie	218
10.1.	Citação	218
10.1.1	Citação de pessoa física pelo correio	219
10.1.2	Citação de pessoa jurídica pelo correio.....	221
10.1.3	Citação por oficial de justiça	222
10.1.3.1	Citação com hora certa.....	222
10.1.4	Citação por edital.....	222
10.1.5	Citação por meio eletrônico	223
10.1.6	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório.....	223
10.2.	Intimações.....	224
10.3.	Defesa por curador especial.....	229
10.4.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	229
10.5.	Impedimentos e exceções processuais	235
10.6.	Morte de uma das partes.....	237
10.7.	Procurador da parte.....	238
10.8.	Perito sem habilitação legal.....	240
10.9.	Fundamentação das decisões.....	241
10.10.	Denúnciação da lide	243
10.11.	Cerceamento de defesa.....	244
10.12.	Violação do princípio da publicidade.....	245

10.13. Errada indicação do nome da parte na sentença.....	246
10.14. Decisão <i>citra petita</i>	247
10.15. Sentença <i>ultra petita</i>	247
10.16. Sentença <i>extra petita</i>	247
10.17. Execução.....	248
10.17.1 Título executivo inexistente ou deficiente.....	248
10.17.2 Penhora.....	248
10.17.3 Avaliação.....	249
10.17.4 Excesso de execução.....	250
10.17.5 Falta de assinaturas no auto de arrematação.....	250
10.17.6 Arrematação por preço vil.....	250
10.17.7 Prescrição.....	250
10.17.8 Obrigação de fazer.....	251
 CAPÍTULO VI – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO.....	 253
1. Elementos e estrutura.....	253
 CAPÍTULO VII – TUTELA PROVISÓRIA.....	 257
1. Da tutela provisória.....	257
2. Fundamento constitucional.....	262
3. Da recorribilidade.....	263
4. Provisoriedade e eficácia.....	264
5. Medidas e efetivação da tutela provisória.....	265
6. Competência.....	266
7. Tutela de urgência.....	267
8. Tutela antecipada e a irreversibilidade.....	269
9. Tutela cautelar.....	271
10. Tutela da evidência.....	271
11. Procedimento da tutela antecipada antecedente.....	275
11.1. Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	277
12. Procedimento da tutela cautelar antecedente.....	280
13. Decisão, eficácia, mutabilidade e revogação.....	283
14. Dicas importantes – tutela provisória.....	283
 CAPÍTULO VIII – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	 285
1. Formação do processo.....	285
2. Suspensão do processo.....	286
3. Extinção do processo.....	290
4. Dicas importantes – estrutura processual.....	292

CAPÍTULO IX – PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	295
1. Petição inicial.....	295
1.1. Conceito.....	295
1.2. Requisitos.....	296
1.3. O pedido.....	302
1.4. Posturas do juiz diante da petição inicial.....	306
1.5. Da improcedência liminar do pedido.....	307
2. Audiência de conciliação ou de mediação.....	310
2.1. Estrutura geral.....	310
3. Atitudes do réu.....	313
3.1. Introdução.....	313
3.2. Contestação.....	313
3.3. Reconvenção.....	321
4. Revelia.....	323
4.1. Introdução.....	323
4.2. Efeitos da revelia.....	324
4.2.1. Presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor (art. 344).....	324
5. Das providências preliminares e do saneamento.....	325
6. Julgamento conforme o estado do processo.....	326
6.1. Da extinção do processo.....	327
6.2. Do Julgamento antecipado do mérito.....	328
6.3. Do Julgamento antecipado parcial do mérito.....	328
6.4. Do Saneamento e da organização do processo.....	329
7. Audiência de instrução e julgamento.....	332
7.1. Disposições gerais.....	332
7.2. Os debates orais e os memoriais escritos.....	333
7.3. O encerramento da audiência.....	334
 CAPÍTULO X – PROVAS.....	 335
1. Disposições gerais.....	335
2. Objeto.....	337
3. Ônus da prova.....	338
4. Provas em espécie.....	340
4.1. Da produção antecipada da prova (arts. 381 a 383).....	340
4.2. Da Ata Notarial (art. 384).....	342
4.3. Do depoimento pessoal (arts. 385 a 388).....	342
4.4. Da confissão (arts. 389 a 395).....	344
4.5. Da exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404).....	345

4.6. Da prova documental (arts. 405 a 441)	347
4.7. Da prova testemunhal	349
4.8. Da prova pericial	351
4.9. Da inspeção judicial	353
4.10. Dicas importantes – prova	353
CAPÍTULO XI – DA SENTENÇA	355
1. Sentença	355
1.1. Aspectos iniciais	355
1.2. Sentença no CPC	356
1.3. Espécies de sentenças	357
1.4. Destinatários, eficácia e efeitos da sentença	362
1.5. Elementos e aspectos de relevo da sentença	363
1.6. Sentença e o dever de fundamentação	366
1.7. Dicas importantes – sentença	372
CAPÍTULO XII – A ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS	375
1. Introdução	375
2. Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais	376
2.1. A coisa julgada	377
2.2. A preclusão	380
2.3. O trânsito em julgado	383
CAPÍTULO XIII – DA COISA JULGADA	387
1. Elementos para a formação da coisa julgada	387
1.1. Introdução	387
1.2. A formação da coisa julgada: a doutrina da tríplice identidade (<i>trae eadem</i>) como suporte para a formação da coisa julgada	387
2. A coisa julgada como a imutabilidade da decisão de mérito	389
2.1. Introdução	389
2.2. Coisa julgada material x formal	390
2.2.1. Coisa julgada material: a verdadeira <i>res iudicata</i>	390
3. Limites da coisa julgada	393
3.1. Introdução	393
3.2. Limites subjetivos	393
3.3. Limites objetivos	396
3.4. Limites temporais	398
3.5. Limites territoriais	400

4.	A coisa julgada como garantia constitucional	401
4.1.	Introdução	401
4.2.	Fundamentos políticos da coisa julgada	404
4.3.	O direito fundamental à coisa julgada	405
4.4.	Alcance da coisa julgada como garantia constitucional.....	406
5.	A coisa julgada no direito processual civil	407
5.1.	Introdução	407
5.2.	A coisa julgada no CPC	408
5.2.1.	A coisa julgada e sua definição: a interpretação do art. 502 ..	408
5.2.2.	A coisa julgada e seu limite objetivo: a interpretação do art. 503	409
5.2.3.	Questões que não fazem coisa julgada: a interpretação do art. 504.....	412
5.2.4.	Limite temporal da coisa julgada: a interpretação do art. 505	414
5.2.5.	Limites subjetivos da coisa julgada: a interpretação do art. 506.....	415
5.2.6.	Interpretação do art. 274 do CC à luz do art. 506 do CPC.....	419
5.2.7.	Preclusão e coisa julgada: a interpretação do art. 507	421
5.2.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada: a interpretação do art. 508.....	424
CAPÍTULO XIV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS		427
1.	Da ordem dos processos no tribunal.....	427
1.1.	Distribuição, conexão e prevenção	428
1.2.	Atuação e incumbência do relator	429
1.3.	Julgamento.....	435
1.3.1.	Julgamento estendido	441
1.3.2.	Os votos e acórdãos.....	442
2.	Incidente de assunção de competência	443
2.1.	Cabimento e generalidades	443
2.2.	Repercussão social e questão relevante	444
2.3.	Objetivo	446
2.4.	Legitimidade	447
2.5.	Procedimento, julgamento e efeitos.....	447
2.6.	Recursos cabíveis.....	448
3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	449
3.1.	Aspectos iniciais e natureza jurídica	449
3.2.	Da permissão constitucional	449

3.3.	Da Legitimidade, momento e preclusão.....	449
3.4.	Procedimento, julgamento e efeitos.....	450
4.	Conflito de competência.....	451
4.1.	Generalidades, cabimento e legitimidade	451
4.2.	Procedimento, decisão e efeitos.....	453
5.	Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	455
5.1.	Generalidades, cabimento e homologação	455
5.2.	Requisitos.....	456
5.3.	Do cumprimento da decisão.....	458
6.	Ação rescisória.....	458
6.1.	Conceito e generalidade.....	458
6.2.	Decisão que pode ser rescindida.....	462
6.3.	Cabimento.....	463
6.4.	Legitimidade.....	470
6.5.	Prazo decadencial.....	471
6.6.	Processamento, procedimento, decisão, efeitos e recursos.....	472
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	474
7.1.	Generalidades e natureza jurídica.....	474
7.2.	Cabimento.....	476
7.3.	Legitimados.....	478
7.4.	Procedimento, decisão e efeitos.....	478
8.	Reclamação	482
8.1.	Generalidades	482
8.2.	Natureza jurídica	484
8.3.	Classificação da reclamação	488
8.4.	Cabimento.....	489
8.5.	Sujeitos da reclamação.....	491
8.6.	Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação.....	493
CAPÍTULO XV – DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES		495
1.	Precedentes	495
1.1.	Conceito de precedentes.....	497
1.2.	O Código de Processo Civil e o sistema dos precedentes à brasileira	500
1.2.1.	A fundamentação e estrutura dos precedentes.....	501
1.2.2.	A força dos precedentes e o fortalecimento institucional do Judiciário	504
1.2.2.1.	Os precedentes e a inconstitucionalidade.....	506
1.2.3.	Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes	508

1.2.4.	Influência, efeitos e superação dos precedentes.....	510
1.2.5.	Conflito entre precedentes.....	512
CAPÍTULO XVI – RECURSOS		513
1.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS	513
1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos	513
1.1.1.	Introdução: alguns aspectos iniciais.....	514
1.2.	Objetivo dos recursos.....	516
1.2.1.	Reforma	517
1.2.2.	Invalidação	518
1.2.3.	Esclarecimento	519
1.2.4.	Integração	520
1.3.	Prejuízo.....	520
1.4.	Reexame	520
1.5.	Dos princípios aplicáveis aos recursos	521
1.5.1.	Princípio da correspondência	521
1.5.2.	Princípio da unirrecorribilidade	521
1.5.3.	Princípio da taxatividade	523
1.5.4.	Princípio da fungibilidade recursal	524
1.5.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	528
1.5.6.	Princípio da proibição do <i>reformatio in pejus</i>	530
1.6.	Admissibilidade do recurso	533
1.6.1.	Legitimidade	534
1.6.2.	Interesse recursal	536
1.6.3.	Cabimento	537
1.6.4.	Tempestividade	537
1.6.5.	Preparo	539
1.6.6.	Regularidade formal.....	541
1.6.7.	Dialeticidade	542
1.7.	Do juízo de recebimento, conhecimento e provimento dos recursos	544
1.8.	Efeitos dos recursos	545
1.8.1.	Efeito devolutivo	545
1.8.2.	Efeito translativo	547
1.8.3.	Efeito suspensivo.....	549
1.8.4.	Efeito obstativo.....	551
1.8.5.	Efeito ativo (suspensivo ativo).....	552
1.9.	Recurso adesivo	553
1.10.	Desistência do recurso	555
1.11.	Renúncia ao direito de recorrer.....	556

1.12.	Irrecorribilidade dos despachos.....	557
1.13.	Impugnação total ou parcial da decisão.....	558
1.14.	Fluência e contagem dos prazos recursais.....	559
1.15.	Morte da parte ou do procurador.....	560
1.16.	Recurso interposto por um dos litisconsortes.....	561
1.17.	Trânsito em julgado e baixa dos autos do processo.....	562
1.18.	O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada.....	562
2.	Apelação.....	564
2.1.	Cabimento da apelação.....	564
2.2.	Procedimento, estrutura e prazo da apelação.....	566
2.3.	Apelação e os poderes do relator.....	569
2.4.	Efeito suspensivo da Apelação: entre a regra e a exceção.....	571
2.5.	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i>	572
2.6.	Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória.....	574
2.7.	Questões de fato não propostas no juízo inferior.....	574
3.	Agravo de instrumento.....	575
3.1.	Cabimento.....	575
3.2.	Requisitos e forma de interposição.....	581
3.3.	Formação do instrumento do agravo.....	582
3.4.	Meios de interposição do agravo de instrumento.....	583
3.5.	Da juntada aos autos de cópia da petição do agravo.....	584
3.6.	Do procedimento e julgamento.....	584
4.	Agravo interno.....	585
4.1.	Cabimento.....	586
4.2.	Competência.....	587
4.3.	Impugnação específica.....	587
4.4.	Contrarrazões e procedimento.....	588
4.5.	Reprodução dos fundamentos da decisão agravada.....	588
4.6.	Multa.....	589
5.	Embargos de declaração.....	590
5.1.	Cabimento.....	591
5.2.	Prazo.....	594
5.3.	Procedimento e julgamento.....	594
5.3.1.	Dos embargos como agravo interno.....	594
5.3.2.	Da complementação/alteração das razões dos recursos já interpostos.....	595
5.3.3.	Do efeito interruptivo nos embargos.....	595

5.3.4.	Concessão do efeito suspensivo nos embargos de declaração	595
5.3.5.	Embargos de declaração protelatórios e seus efeitos.....	595
6.	Recurso ordinário	596
6.1.	Recurso ordinário para o STF.....	596
6.2.	Recurso ordinário para o STJ.....	597
6.3.	Agravo de instrumento	598
6.4.	Causa madura.....	598
6.5.	Admissibilidade e procedimento nas causas internacionais.....	598
6.6.	Procedimento nas ações constitucionais perante o tribunal de origem.....	599
7.	Recursos especial e extraordinário	599
7.1.	Esgotamento das vias ordinárias	600
7.2.	Não cabe reexame de prova	600
7.3.	Necessário prequestionamento	600
7.4.	Inexistência automática de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário	601
7.5.	Cabimento.....	601
7.5.1.	Cabimento do recurso extraordinário.....	601
7.5.2.	Cabimento do recurso especial.....	602
7.6.	Procedimento e processamento.....	602
7.6.1.	Da fungibilidade entre recurso extraordinário e especial.....	605
7.6.2.	Da repercussão geral	606
7.7.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos....	607
8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	611
8.1.	Cabimento.....	611
8.2.	Procedimento e processamento.....	611
9.	Embargos de divergência.....	612
9.1.	Cabimento.....	613
9.2.	Procedimento e processamento.....	614
10.	Dicas importantes – Recursos	615
10.1.	Jurisprudência do STJ	621
CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO		623
1.	Liquidação de sentença.....	623
1.1.	Generalidades	623
1.2.	Natureza jurídica	624
1.3.	Legitimados.....	625
1.4.	Cabimento e procedimento.....	626
1.5.	Liquidação e coisa julgada.....	630
1.6.	Dicas importantes – Liquidação.....	632

CAPÍTULO XVIII – EXECUÇÃO	633
1. Introdução e panorama da tutela executiva	633
2. Da autonomia ao sincretismo da tutela executiva	635
3. Da estrutura da tutela executiva no CPC	636
3.1. Da patrimonialidade	637
3.2. Desfecho único	638
3.3. Da respeitabilidade da boa-fé	639
3.4. Da transparência patrimonial	640
3.5. Da adequação	640
4. Princípios específicos da execução	641
4.1. Princípio da máxima utilidade da execução	643
4.2. Princípio do menor sacrifício do executado	644
4.3. Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i>	647
4.4. Princípio da taxatividade	649
5. Requisitos para a execução	651
5.1. Ponto de esclarecimento sobre os requisitos	652
5.2. Liquidez	653
5.3. Certeza	654
5.4. Exigibilidade	655
5.5. Inadimplemento	655
5.6. Cumulação de execuções	656
5.7. Um estudo do direito sumular	657
6. Espécies de títulos executivos	658
6.1. Títulos executivos extrajudiciais no CPC	658
6.1.1. A aplicação do direito intertemporal e os títulos executivos extrajudiciais	658
6.1.2. Títulos executivos extrajudiciais no CPC	659
6.1.2.1. Cédula de Produto Rural como título executivo extrajudicial	663
6.1.2.2. Requisitos da Cédula de Produto Rural (CPR)	663
6.2. Títulos executivos judiciais no CPC	664
7. Modalidades executivas	669
7.1. Cumprimento de sentença	669
7.1.1. Noções gerais	669
7.1.2. Características	670
7.1.3. Execução definitiva e provisória	671
7.1.4. O cumprimento da sentença e seus requisitos necessários ..	672
7.1.5. A definição da competência no cumprimento da sentença ...	675
7.1.6. A constituição de capital	676

7.1.7.	Impugnação ao cumprimento da sentença.....	676
7.1.7.1.	Noções gerais	676
7.1.7.2.	Legitimidade	678
7.1.7.3.	Prazo	678
7.1.7.4.	Casos de cabimento da impugnação.....	678
7.1.7.5.	Do efeito suspensivo	680
7.1.7.6.	Dos recursos.....	681
7.2.	Execução de título executivo extrajudicial.....	682
7.2.1.	Aspectos introdutórios	682
7.2.2.	Legitimados.....	682
7.2.3.	Demanda executiva e seus aspectos, desistência e efeitos....	683
7.2.4.	A escolha dos bens.....	683
7.2.5.	Da condição ou termo e da cumulação de execuções.....	683
7.2.6.	Da responsabilidade do exequente, das multas e indenizações	683
7.2.7.	Da competência.....	684
7.2.8.	Do título executivo e da exigibilidade da obrigação.....	685
7.2.9.	Da responsabilidade patrimonial	685
7.2.10.	Aspectos gerais, petição inicial executiva, documentos necessários e demais aspectos da execução extrajudicial	687
7.3.	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	691
7.3.1.	Aspectos gerais.....	691
7.3.2.	Da penhora de bens e seus consectários.....	694
7.3.3.	Da penhora de créditos	698
7.3.4.	Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas	699
7.3.5.	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	700
7.3.6.	Da penhora de percentual de faturamento de empresa	702
7.3.7.	Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	703
7.3.8.	Da avaliação	704
7.3.9.	Da adjudicação	705
7.3.10.	Da alienação por iniciativa do particular	706
7.3.11.	Da alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial.....	707
7.3.12.	Da satisfação do crédito.....	713
7.4.	Execução para entrega de coisa	714
7.5.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer	715
7.6.	Da execução fiscal.....	717
7.6.1.	Da averbação pré-executória	720

7.7. Embargos à execução.....	721
7.8. Da suspensão da execução.....	726
7.9. Da extinção do processo de execução.....	727
8. Dicas importantes – Execução.....	728
8.1. Jurisprudência do STJ.....	729
CAPÍTULO XIX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	731
1. Dos procedimentos especiais: elementos, estrutura, procedimentos e formas.....	731
1.1. Introdução: alguns aspectos históricos.....	731
1.2. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.....	733
1.2.1. Ação de consignação em pagamento.....	733
1.2.2. Ação de exigir contas.....	738
1.2.3. Ações possessórias.....	741
1.2.3.1. Manutenção e reintegração de posse.....	746
1.2.3.2. Interdito proibitório.....	748
1.2.4. Ação de divisão e demarcação de terras particulares.....	749
1.2.4.1. Aspectos gerais.....	749
1.2.4.2. Da demarcação.....	751
1.2.4.3. Da divisão.....	753
1.2.5. Ação de dissolução parcial de sociedade.....	754
1.2.6. Inventário e partilha.....	758
1.2.7. Embargos de terceiro.....	768
1.2.8. Oposição.....	771
1.2.9. Habilitação.....	772
1.2.10. Das ações de família.....	774
1.2.11. Ação monitória.....	775
1.2.12. Homologação do penhor legal.....	778
1.2.13. Da regulação de avaria grossa.....	780
1.2.14. Da restauração de autos.....	782
1.3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	784
1.3.1. Disposições gerais.....	784
1.3.2. Da notificação e da interpelação.....	785
1.3.3. Da alienação judicial.....	786
1.3.4. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio.....	787
1.3.5. Testamentos e codicilos.....	789

1.3.6. Da herança jacente	791
1.3.7. Dos bens dos ausentes	793
1.3.8. Das coisas vagas	794
1.3.9. Da interdição	795
1.3.10. Das disposições comuns à tutela e à curatela	799
1.3.11. Da organização e da fiscalização das fundações	800
1.3.12. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	802
1.4. Dicas importantes – Procedimentos Especiais	804
1.5. Jurisprudência do STJ	805
<i>Referências bibliográficas</i>	807